timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XIII PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 139 AGOSTO 1997

NEGOCIAÇÕES

Está finalmente instalado um verdadeiro ambiente de negociações em torno do problema de Timor Leste. Mas tal exige mais responsabilidades da parte de todos os participantes.

As ondas de choque provocadas pela atribuição do Prémio Nobel da Paz começam agora a fazer-se sentir.

Depois de uma manifestação de vontade da Noruega em contribuir para uma solução negociada, surge a iniciativa do Presidente Mandela.

Felizmente, logo no início do seu mandato, o Secretário-Geral Kofi Annan tinha já passado das palavras aos actos, nomeando um representante especial para acompanhar a questão de Timor Leste - estava assim reforçado o verdadeiro quadro negocial compatível com a natureza do conflito, já que este continua a relevar do foro do processo de descolonização.

Não há dúvida de que Timor Leste, meia-ilha ignorada pela comunidade internacional durante mais de duas décadas, se tornou uma questão suficientemente importante para que se sucedam assim as ofertas de mediação.

O impacto destes gestos também tem repercussões na Indonésia. De um problema "sem importância", apenas alimentado por espíritos "malévolos" que, no mundo ocidental, queriam prejudicar os interesses de Jacarta, tornou-se há alguns anos «*uma pedrinha no sapato*» (no dizer de Ali Alatas) e, agora, um pedregulho que importa remover.

Mas não de qualquer maneira.

Há variadíssimos factores a considerar e muitos interesses em jogo.

A Indonésia atravessa um período novo e conturbado, entre eleições não democráticas (legislativas em 97, presidenciais em 98) e desafios da sociedade civil (sindicatos e partidos não autorizados, lutas operárias e estudantis, movimentações pela liberdade de associação e expressão). Sendo um regime autoritário e fechado, não é fácil aos observadores decifrar os seus sinais, definir as suas contradições e compreender que mudanças se avizinham.

Mas, de acordo com aqueles que conhecem o terreno, Timor Leste tornou-se nos últimos meses, para a classe dirigente, um problema sério, que deixou de se poder fingir que se ignora.

NEGOCIAR NUNCA É FÁCIL

Esta percepção, crescentemente admitida em Jacarta, explica duas das surpresas mais recentes: a relativa facilidade com que os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia, em Nova Iorque, acordaram num novo formato negocial - mais exigente - e a autorização de Suharto para que Xanana Gusmão jantasse com o Presidente Mandela no Palácio presidencial - ainda que na presença (provavelmente não requerida) de Lopes da Cruz.

Está então instalado um verdadeiro ambiente de negociações porque, pela primeira vez, para todos - os timorenses, a Indonésia, Portugal, a comunidade internacional - é necessário ultrapassar o *status quo*.

Mas ao contrário do que por vezes se afirma ou deixa transparecer, qualquer processo negocial é complexo, pleno de armadilhas, moroso.

É óbvio que cada parte procura jogar com todas as armas que possui, no intuito de ganhar o máximo de terreno e perder o mínimo.

Por isso vamos assistir, nos próximos meses, a um clima de "mobilização geral" nos meios implicados na negociação.

A informação e, mais ainda, a contra-informação, vão jogar um papel fundamental no desenrolar do processo. A gestão do silêncio e da palavra, do verdadeiro e do falso, as diligências confidenciais e as atitudes públicas, as declarações para consumo interno e as que procuram criar impacto no exterior serão profusa e calculadamente utilizadas por cada um dos protagonistas.

neste número:

NEGOCIAÇÕES

TESTEMUNHO

E.U.A.: FALAR CLARO

Em terreno minado, todo o cuidado será pouco.

No interior de cada parte - de todas elas - há diferentes grupos e sensibilidades, assim como contradições, maiores e menores. As movimentações a este nível e as alianças que se estabelecerem entre parceiros que reconheçam ter objectivos comuns podem constituir peças decisivas no xadrez.

Do ponto de vista de Portugal, o risco de se voltar a utilizar Timor Leste como pedra de arremesso entre oposição e poder (ou vice-versa) é sempre real e sempre de má memória. Simultaneamente, o interesse pelo conhecimento da sociedade indonésia e os laços que deveriam estabelecer-se com os sectores pró-democracia são ainda demasiado débeis.

MAIORES EXIGÊNCIAS, MAIS RESPONSABILIDADES

Neste contexto, que não se pode isolar das contingências da vida internacional (processo de globalização e redefinição dos poderes à escala mundial, incluindo o reconhecimento de novas potências e a formação de blocos regionais, assim como a reforma das Nações Unidas), há ainda um longo caminho a percorrer e muito trabalho a preparar e desenvolver até que se consiga chegar a uma solução negociada.

O formato acordado entre os governos de Jacarta e Lisboa, sob os auspícios de Kofi Annan, exige da parte portuguesa novas competências, nomeadamente um conhecimento detalhado e actualizado das condições prevalecentes no território, de todos os pontos de vista: militar, económico, social, cultural, religioso.

Se o objectivo é ir construindo acordos parciais relativos a matérias específicas, que tenham como consequência a diminuição progressiva das forças de ocupação (militares e civis), o reconhecimento, na prática, dos direitos do povo timorense e a implantação de uma capacidade de fiscalização internacional das medidas adoptadas, é necessário coligir e processar muita informação, debater ao pormenor, não deixar escapar nem deixar ao acaso pequenas questões fundamentais.

E não é preciso exibir uma grande perspicácia para compreender que, neste campo, a Indonésia se sente completamente à-vontade, dominando a fundo todos os *dossiers*.

A um exercício semelhante estarão votados os membros dos encontros intra-timorenses, a partir de agora reconhecidos como parte integrante do novo formato negocial.

Uma responsabilidade maior recai assim, também, sobre a parte timorense, não se ignorando que a Indonésia detém meios de coacção enormes sobre os participantes que vivem em território ocupado.

Só mantendo a pressão internacional sobre Jacarta e, ao mesmo tempo, assegurando uma presença qualificada e coerente nas negociações, se poderá tirar o verdadeiro partido de iniciativas políticas como a do Presidente Mandela.

Ela teve o grande mérito de tornar mais visíveis e credibilizar os principais interlocutores no processo, assim como colocar como uma prioridade a libertação dos presos políticos, incluindo Xanana Gusmão.

«NUNCA ME DISSERAM NADA ...»

Dos vários documentos - crónicas, análises, testemunhos - apresentados às VII Jornadas sobre Timor Leste da Universidade do Porto, que decorreram em Julho, um nos mereceu particular atenção: o de um jovem timorense de 19 anos, a quem durante muitos anos esconderam a sua verdadeira identidade. Uma história a fazer lembrar os anos negros da ditadura argentina.

«Chamo-me Tomás Alfredo Gandara, mas durante 15 anos chamaram-me Tommy Abdul Rahman. Nasci em Timor Leste, a 15 de Junho de 1977, em Lospalos, de pais naturais desta terra; mas durante 15 anos disseram-me que era indonésio. Fui baptizado na religião católica, mas ensinaram-me que era muçulmano; tudo porque em 1979 os militares indonésios levaram-nos, a mim e à minha irmã, para Jacarta, tinha eu dois anos. Fui entregue a uma família de funcionários indonésios e a minha irmã foi levada para uma instituição social. Nunca me disseram nada sobre a minha verdadeira identidade, nem que eu tinha uma irmã na mesma cidade.

Em 1994, após anos de procura, familiares meus conseguiram informações sobre o local onde estávamos e um tio meu fez a viagem até Jacarta para nos dar as informações que nos tinham negado até à data.

Tommy Abdul Rahman, jovem indonésio de 17 anos, não sabia quase nada sobre Timor Leste porque o governo indonésio não informa os seus próprios súbditos sobre a guerra que aí fomenta. Sabia que tinha um tio; ficou a sabê-lo através de um conhecido seu que tinha sido colega do seu tio na escola militar em Timor Leste. Tommy soube também que jovens da sua idade haviam morrido no cemitério de Santa Cruz em 1991, mas pouco mais ...

Quando regressei a Timor Leste fiquei impressionado pela pobreza dos timorenses, pela presença militar muito superior àquela que havia na Indonésia e, sobretudo, pelo terror que estes militares faziam pairar sobre a população.

'O meu tio foi obrigado a apresentar-se todos os dias no KODIM (Comando Militar Distrital) e no Quartel dos Nanggalas (Forças Especiais) em Lospalos para responder a interrogatórios. Os interrogatórios duravam três horas, no fim das quais lhe diziam para se apresentar no dia seguinte; isto repetiu-se todos os dias durante dois meses.

Falando com diversas pessoas, incluindo timorenses, que em 1979 estavam nas forças militares indonésias, fui sendo informado sobre os meus pais e contaram-me que haviam sido capturados em 1979 (10 de Junho). A minha mãe, Felicidade Lopes Gandara, ex-aluna de Medicina em Portugal, estava grávida. Faltavam umas semanas para o bebé nascer quando foi morta em Home, distrito de Lospalos, no dia 11 de Junho de 1979, pelos militares do Batalhão 745. Mataram-na com golpes de baioneta na barriga. O meu pai, Vítor dos Santos Gandara, que havia sido separado da minha mãe após a captura, foi morto em Loré em condições que eu não consegui esclarecer.

Muitos outros jovens de Timor Leste arrancados às suas famílias continuam na Indonésia, muitas vezes em instituições sociais e sem saberem mesmo de onde vieram. Apesar de todas as dificuldades que deverão enfrentar, eles têm o direito de saber quem são os seus pais, o que lhes aconteceu e, se o quiserem, juntar-se aos familiares que lhes restam.»

E.U.A.: FALAR CLARO

Será que a Administração Clinton está a olhar para o problema de Timor com outros olhos? Há sinais positivos nesse sentido.

Na edição do mês passado escrevemos que Timor Leste estava a tornar-se uma questão «*incontornável*» na cena política norte-americana. Hoje trazemos aqui o diálogo entre o Senador Feingold e Stanley Roth durante a audição deste na Comissão de Negócios Estrangeiros do Senado Americano sobre a sua nomeação para Secretário de Estado Adjunto para os assuntos do Leste asiático e do Pacífico.

«*Sen. Feingold: Sr. Roth, já discutimos previamente os dois o problema de Timor Leste e, como sabe, é uma questão que eu e muitos outros temos acompanhado desde que aqui chegámos em 1993. Estamos a falar de uma situação em que um governo ocupou ilegalmente um território, tem negado aos seus cidadãos direitos fundamentais há mais de duas décadas e tem sido responsável pela morte de, provavelmente, um terço da sua população. Por vezes podemos perder-nos na retórica, mas esta é uma questão muito séria. Por isso gostaria de lhe fazer algumas perguntas. Primeiro, como vê o papel dos E.U.A. em Timor Leste? O que julga que os E.U.A. podem fazer para encorajar o respeito pelos Direitos Humanos na região?*

Sr. Roth: Deixe-me começar por dizer que partilho totalmente a sua preocupação sobre Timor. Este não é um assunto novo para mim.

De facto visitei Timor Leste em 1981. Como resultado dessa visita houve alguns progressos no acesso da Cruz Vermelha Internacional à ilha de Ataúro, que era uma prisão ao largo de Díli. Esta questão tem sido um comprometimento pessoal. Conheço o laureado com o Nobel da Paz Ramos Horta há 17 ou 18 anos. Este não é um assunto que descobri nesta audição.

Quanto à sua questão, julgo que a primeira coisa que os E.U.A. devem fazer é falar claro e expressar opiniões. E é precisamente isso que o Presidente Clinton tem feito em repetidas ocasiões. De facto, na sua viagem à Indonésia disse na conferência de imprensa qualquer coisa como "espero que chegue o tempo em que o governo da Indonésia dê ao povo de Timor Leste mais poder para decidir sobre as suas vidas". *Foi uma referência clara à necessidade de maior autonomia, melhoria das condições de vida e de direitos humanos. Os E.U.A. também apoiaram em 1993, correctamente na minha opinião, uma resolução da Comissão de Direitos Humanos da O.N.U.. Temos falado publicamente em todos os encontros importantes, seguramente enquanto estive no governo e disseram-me que isso continuou depois. Acho pois que dizer o que pensamos é importante.*

A segunda coisa importante é o acesso. Uma das melhores garantias que podemos ter contra o abuso dos direitos humanos é ter uma presença física na ilha, não apenas dos nossos diplomatas mas também da imprensa internacional e ONG. Algum do nosso auxílio destina-se a apoiar actividades de ONG em Timor Leste e gostaria de ver isso ampliado. Esta é uma alta prioridade para mim.

A terceira coisa a fazer é apoiar os esforços da O.N.U., nomeadamente a iniciativa recente do embaixador Marker de falar com os ministros de negócios estrangeiros de Portugal e da Indonésia, para garantir conversações sérias sobre o estatuto de Timor Leste.

Em resumo, penso que é necessário uma atitude activa, pública e privada, para tentar obter progressos nesta matéria.

Sen. Feingold: Aprecio esses conceitos e planos. Espera introduzir outras mudanças importantes na política externa dos E.U.A. no que diz respeito a Timor Leste, se for nomeado?

Sr. Roth: Bem, julgo que os pontos que frisei são os fundamentais nas circunstâncias presentes. Muito depende das negociações na O.N.U. e não quero antecipar os resultados dessas negociações. Mas espero que nos mantenhamos constantemente em contacto, acompanhando o processo.

Sen. Feingold: Permita-me falar de mais alguns aspectos deste assunto, especificamente sobre a política que tivemos no passado. Devido à história da Indonésia em relação a Timor Leste tenho-me oposto a qualquer forma de cooperação militar entre os E.U.A. e a Indonésia. Por isso aprecio a política presente da Administração em relação à transferência de armas ligeiras para a Indonésia, política essa que foi reiterada por escrito para o ano fiscal de 1996 e 1997, proibindo a venda dessas armas, equipamento de controle de massas e de veículos de transporte de tropas, até que a situação dos direitos humanos melhore significativamente. (...) Planeia manter esta política no ano fiscal de 1998?

Sr. Roth: Sim. Devo referir que fui um dos autores dessa política em 1993, enquanto funcionário do Pentágono.

Sen. Feingold: (...) Que hipóteses vê de se conseguir um referendo, promovido pela O.N.U., sobre a autodeterminação?

Sr. Roth: (...) Isso é algo com que os Indonésios não vão concordar rapidamente. Mas é um dos assuntos de que vai ter de se falar nas negociações.

Sen. Feingold: Espero que isso aconteça. Deixe-me fazer-lhe ainda mais uma pergunta sobre as negociações. (...) A Indonésia tem-se recusado a permitir que representantes timorenses participem nas negociações com Portugal. Pensa que personalidades de Timor Leste da oposição devem ser incluídas nas conversações?

Sr. Roth: Penso que no final o povo de Timor Leste e os seus representantes devem pronunciar-se sobre o resultado das negociações, ou esse resultado não terá consequências. Tem havido melhorias significativas na composição da delegação para o diálogo intra-timorense que se tem vindo a desenrolar, que inclui o vencedor do Prémio Nobel, o Bispo Belo. Por isso penso que se está no caminho certo mas não chegámos ainda ao fim. São necessários mais progressos.

Sen. Feingold: Apoia então um reforço do papel dos timorenses neste processo?

Sr. Roth: Sim, mas lembrando que não é uma negociação americana mas sim das N.U. e dos ministros dos negócios estrangeiros. Devemos manter-nos informados. Devemos encontrarmo-nos com todas as partes. Mas não estamos à mesa nem lideramos as negociações, sendo deles as decisões.

Sen. Feingold: Só mais uma questão para concluir. Como sabe, o Secretário-Geral da O.N.U. nomeou um representante especial para Timor Leste. Também os E.U.A. nomeiam frequentemente enviados especiais quando querem dar relevo a um assunto em especial. Apoiaria a nomeação pelos E.U.A. de um enviado especial para Timor Leste?

Sr. Roth: Neste momento, dados os esforços da O.N.U. não creio que fosse o momento indicado. Não se querem iniciativas que entrem em competição e que permitam manipulação. Dependendo do que resulte das negociações na O.N.U. podemos voltar a falar deste ponto. Não está afastado.»

E.U.A.: RABIS SOLIDÁRIOS

À semelhança de outras organizações de vários credos religiosos, a Conferência Nacional de Rabis Americanos (CCAR) aprovou uma resolução sobre Timor Leste, no decorrer da sua 108ª convenção anual, realizada no passado mês de Junho.

Afirmando que «*nenhum povo viu tão grande parte da sua população morrer sob a tirania desde o pesadelo do Holocausto europeu*», a CCAR juntou a sua tomada de posição às da Conferência Católica americana (Julho de 1994), da Igreja Prebisteriana americana (Julho de 1995), do Conselho Nacional de Igrejas de Cristo (Novembro de 1995) e da Conferência da Igreja Metodista Unida (Abril de 1996), «*deplorando a continuada ocupação de Timor Leste pela Indonésia, os contínuos abusos de Direitos Humanos que lá ocorrem e a privação do direito fundamental do povo timorense à autodeterminação*».

AUSTRÁLIA: "AMIZADES" QUE CORROMPEM

Em Junho passado, Andrew MacNaryhton, um activista australiano da questão de Timor Leste, elaborou um documento onde aborda a forma como as relações comerciais entre países corrompem os seus sistemas de valores.

Segundo ele, «*é importante salientar que a relação comercial instituída* [Austrália-Indonésia] *está consolidada quer ao nível estatal quer ao federal. (...).*

No entanto, pouco se escreveu sobre as implicações para a sociedade australiana de uma relação bilateral desenvolvida tão rapidamente e fortemente dominada pelo compromisso da liberalização do comércio.

Os australianos precisam de prestar atenção ao que pode estar em perigo, a nível nacional, nomeadamente um sistema educativo que tem sido genericamente tolerante com uma diversidade de expressões de pensamento político, liberdade de imprensa e política de imigração que reflicta o respeito pelos Direitos Humanos.

[Relativamente à] *Educação australiana, um conflito público surgiu (...) envolvendo Phil Honeywood, Ministro da Educação do Estado de Vitória, que fez comentários em reuniões da Universidade de Melbourne, em que afirmava que não queria ver a Universidade tornar-se num paraíso de dissidentes indonésios. (...).*

[Relativamente aos] *Media, outro incidente inquietante foi o pedido de instituição de práticas de censura na Australia Broadcasting Company (ABC), por parte do governador de Queensland, Rob Borbidge, porque este sentiu que a ABC podia pôr em perigo a expansão do comércio com a Ásia, particularmente com a Indonésia.*

[Quanto à] *Imigração, uma das piores erosões de decência no governo, foi tomada pelo Ministro australiano para a imigração, Philip Ruddock, que depois de recentemente mudar 19 dos membros do Tribunal de Avaliação de Refugiados, ameaçou que se o tribunal tomasse uma posição a favor* [do pedido de asilo político] *do timorense Kim Koe Jong, ele introduziria legislação que contornasse essa decisão.*

E a lista de exemplos podia continuar...», conclui MacNaryhton.

Segundo o *The Australian* de 17 de Junho passado, o comércio bilateral entre a Austrália e a Indonésia tem crescido a cerca de 30% ao ano.

ANÚNCIO PREMIADO

De acordo com a revista *Marketeer* de Junho passado, o anúncio de publicidade "Código de Barras" da empresa *Young & Rubicam*, integrado numa campanha de solidariedade com Timor Leste impulsionada pelo Sindicato de Jornalistas e visando apelar aos portugueses para que se abstenham de comprar produtos fabricados na Indonésia, ganhou um prémio no Festival Internacional de Publicidade, realizado em Nova Iorque, entre 12 e 14 de Maio.

O mesmo anúncio ganhou ainda um "Sol de Ouro" na categoria Imprensa do FIAP 97, o Festival Ibero-Americano de Publicidade, que teve lugar em Buenos Aires, de 8 a 11 de Abril passado.

DIA DA INTEGRAÇÃO

No passado dia de 17 de Julho, passou mais um aniversário sobre a data da anexação de Timor Leste pelo regime indonésio.

Em Jacarta, uma fonte do Instituto Indonésio da Ciência (LIPI) reconhecia que «*após 21 anos, o governo indonésio ainda não foi capaz de convencer as Nações Unidas e o Mundo que Timor Leste faz parte da Indonésia*» (*AFP*, 17/7/97). De acordo com o despacho da *AFP*, esta fonte, «*reflectindo os sentimentos de muitos analistas*», considerava «*irrealista*» a insistência de Jacarta na declaração de Balibó para legitimar a integração de Timor Leste na Indonésia.

Em Nova Iorque, o coordenador da *East Timor Religious Outreach*, o pastor indonésio naturalizado americano, Max B. Surjadinata, lamentava a passagem de mais um aniversário desta data e louvava o povo timorense, afirmando-se «*grato pelo comportamento exemplar que estão a dar ao Mundo, demonstrando através das suas vidas que enquanto a injustiça reinar, não existirá paz*». Acrescentou ainda que «*enquanto a opressão continuar, existirá sempre alguém que se levantará e lutará por liberdade e justiça*».

Entretanto, 30 activistas norte-americanos aproveitaram para assinalar pacificamente o dia e reuniram-se à porta da embaixada indonésia em Washington. Com bandeiras, cruzes e tarjas, os manifestantes mantiveram a embaixada fechada durante várias horas, tendo distribuído documentação variada - aos transeuntes que se abeiravam do local - sobre o significado daquele dia para a população timorense.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-2ª E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org; URL: http://cygnus.ci.uc.pt/~cdpm/index.htm
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317